

2 Aos 19 dias do mês de março de 2026, às 14 horas, realizou-se a 186ª Reunião
3 Ordinária do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife –
4 COMDIR, nas dependências do Centro de Convivência da Pessoa Idosa Maria da
5 Conceição Guedes Pereira, situado na Av. Rosa e Silva ,720, Graças, Recife, sob a
6 coordenação da conselheira Verônica Oliveira, membro da Coordenação Colegiada. A
7 pauta foi a seguinte: 1. Apresentação dos presentes e Justificativas de ausências; 2. Leitura
8 e Aprovação de Ata da reunião ordinária de fevereiro de 2026 3. Edital nº 001/2024 -
9 Seleção de Projetos para Captação de Recursos por Organizações da Sociedade Civil 3.1
10 Apresentação do Projeto: Guia Criativa 60+ – Mais Produtivo e Criativo, Proponente:
11 Instituto Guia Social – IGS ; 4. Planejamento 2026; 4.1 Apresentação da
12 CAAD; 5. Participação do COMDIR em Atividades Externas; 5.1- Intercâmbio de
13 Experiências na Paraíba para conhecimento dos programas: Programa Acolher Programa
14 Cidade Madura (Executados pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos da Paraíba); 6.
15 Comissões Permanentes; 7. Informes Gerais. Estavam presentes os seguintes
16 conselheiros/as governamentais: Jairo Pacífico (Secretaria de Educação); Graça
17 Vasconcelos e Juliana Lucena (Secretaria de Direitos Humanos e Juventude); Kylvia
18 Martins (Secretaria de Saúde); Rosa Macedo (Secretaria de Ordem Pública e Segurança)
19 e Albemar Araújo (Secretaria de Cultura). Estavam presentes, ainda, os conselheiros/as
20 não governamentais: Ana Maria Melo (Sindicato dos Servidores Públicos Federais de
21 Pernambuco – SINDSEP/PE); Jacira Pontes (Grupo de Idosos Paz e Amor); Amara
22 Vital (Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência de
23 Pernambuco SINDSPREV/PE); Genaina Cristina (Sociedade Brasileira de Geriatria e
24 Gerontologia-SBGG/PE); Mônica Regina (Serviço Social do Comércio-SESC-
25 PE); Margareth Xavier (Associação Pernambucana de Nutrição); Rosângela Maia
26 (Instituto de Pesquisa e Estudos da Terceira Idade – IPETI); Márcia Noelma (Associação
27 Nacional de Gerontologia de Pernambuco- ANG/PE); Mércia Mendes (Associação
28 Brasileira de Alzheimer – ABRAZ); Verônica de Oliveira (Conselho Regional de
29 Fonoaudiologia – CREFONO); José Maria Silva (Ordem dos Advogados do Brasil –
30 OAB) e Nayana Pinheiro (Universidade Federal Rural de Pernambuco –
31 UFRPE). Também estiveram presentes: Juliene Tenório (CDC); Maria Alana, Viviane
32 Castro e Thiago (Instituto Guia Social), Luciana Laranjeira (CRESS/PE); Ana Beatriz e
33 Manoel Dionísio (Residente Secretaria de Saúde do Recife) e João Paulo Leitão (Grupo
34 Águia). Ausências justificadas: Clecio Ernande, Bárbara Letícia, Aparecida Araújo,
35 Antônio Carlos Silva, Luciana Cavalcanti e Jairo Neto. A coordenadora Verônica
36 Oliveira iniciou a reunião saudando os presentes e abriu espaço para inclusão de novos
37 pontos de pauta, sendo sugerida a discussão sobre participação em congresso, com
38 encaminhamento para apresentação posterior de sugestões. Em seguida, procedeu-se à
39 leitura da ata da reunião anterior, a qual, após colocada em votação, foi aprovada por
40 unanimidade. Dando continuidade, iniciou-se a apresentação do projeto Guia Criativa
41 60+ – Mais Produtivo e Criativo, conduzida por Viviane Castro, presidente do Instituto
42 Guia, que realizou a abertura e, em seguida, passou a palavra ao coordenador de
43 projetos, Thiago Carvalho. Em sua fala, o coordenador esclareceu que se trata de projeto
44 voltado à captação de recursos por meio de edital, ressaltando que, embora envolva
45 recursos públicos, estes serão viabilizados por meio de patrocínio e mecanismos de
46 incentivo, conforme a legislação vigente. Na sequência, apresentou o Instituto Guia,
47 destacando sua localização, equipe multidisciplinar e experiência em projetos voltados à
48 pessoa idosa, com metodologias participativas. Ao justificar a proposta, destacou o
49 crescimento da população idosa no Recife e a necessidade de ações que promovam

50 convivência, participação social e autonomia, superando estereótipos associados ao
51 envelhecimento. Ressaltou ainda desafios como isolamento social, redução de renda e
52 enfraquecimento de vínculos comunitários. Na ocasião, o proponente apresentou
53 proposta cujo objetivo geral é promover o envelhecimento ativo, a inclusão social e a
54 autonomia da pessoa idosa (60+), por meio de oficinas socioprodutivas que estimulem a
55 criatividade, a convivência comunitária e a geração de renda complementar. Durante a
56 apresentação, foi destacado que o projeto contempla atividades práticas, com ênfase na
57 customização de roupas, alinhadas a tendências contemporâneas e à valorização de
58 saberes e experiências de vida, promovendo também espaços de troca entre os
59 participantes. O proponente relatou experiências anteriores, como o projeto “Juventude
60 Criativa”, no qual houve predominância de pessoas idosas entre os inscritos, fato que
61 motivou a adaptação da iniciativa para este público específico. Foi informado que o
62 projeto prevê o atendimento de até 100 pessoas idosas ao longo de 12 meses,
63 distribuídas em turmas semestrais, com encontros de aproximadamente três horas de
64 duração, utilizando metodologia baseada no “aprender fazendo”, com atividades
65 práticas acompanhadas, rodas de diálogo sobre cidadania e direitos, além da realização
66 de exposição final dos produtos desenvolvidos. Também foram apresentados aspectos
67 relacionados à acessibilidade, incluindo adequação de materiais, ambientes, ritmo das
68 atividades e apoio individualizado, bem como estratégias de monitoramento e avaliação,
69 com previsão de relatórios mensais, registros fotográficos e prestação de contas. Aberto
70 o espaço para manifestações, a conselheira Mônica Buarque destacou a importância da
71 escuta ativa do território e da construção coletiva das ações, ressaltando que o sucesso
72 do projeto depende da forma como a equipe se insere na comunidade e identifica suas
73 demandas reais. O conselheiro José Maria sugeriu a adoção da terminologia “pessoa
74 idosa”, em conformidade com orientações atuais, e apontou a necessidade de maior
75 clareza quanto à definição do local de execução do projeto, ressaltando a importância
76 desse elemento, especialmente por se tratar de recursos públicos, além de observar a
77 ausência de evidências mais consistentes de ações anteriores voltadas especificamente a
78 esse público. A conselheira Mércia Mendes ponderou que não há impedimento para que
79 a instituição apresente seu primeiro projeto voltado à pessoa idosa, destacando a
80 relevância de ampliar iniciativas para esse segmento e observando que a apresentação
81 de carta de anuência depende das exigências do edital. Em complemento, outro
82 conselheiro destacou a necessidade de melhor explicitação da área de atuação do projeto,
83 detalhamento dos instrumentos de acompanhamento dos participantes, especialmente no
84 que se refere à autonomia e interação, bem como maior detalhamento do plano de
85 aplicação dos recursos, sobretudo nos itens relacionados a serviços de terceiros, além da
86 indicação mais clara dos momentos de monitoramento ao longo da execução. Em
87 resposta, o proponente esclareceu que a instituição possui experiência prévia com
88 projetos voltados a outros públicos, os quais, na prática, tiveram significativa
89 participação de pessoas idosas, e que a proposta atual surge justamente dessa vivência.
90 Informou ainda que, embora a instituição possua sede administrativa, as atividades
91 poderão ser realizadas em diferentes territórios do Recife, conforme parcerias com
92 equipamentos públicos e organizações locais, respeitando as especificidades de cada
93 comunidade. Por fim, foi esclarecido pela coordenação que o projeto encontra-se em
94 fase de apresentação para conhecimento do pleno, não sendo este o momento de
95 deliberação. Informou-se que, após essa etapa, a proposta seguirá para análise de
96 pareceristas e, posteriormente, retornará ao Conselho para apreciação final, conforme
97 fluxo estabelecido, com o objetivo de qualificar o processo de avaliação e subsidiar a
98 tomada de decisão dos conselheiros.



99 Dando continuidade à pauta, passou-se ao quarto ponto – Planejamento 2026, com a
100 apresentação das comissões, conforme definido previamente, com tempo estimado total
101 de 40 minutos.Foi acordado que cada comissão teria, inicialmente, até 4 minutos para
102 exposição, sem abertura para debate neste momento, a fim de garantir fluidez à reunião.
103 A ordem de apresentação ficou definida da seguinte forma: Comissão de Educação,
104 Cultura,Turismo, Esporte e Lazer, Comissão de Ética, Comissão de Legislação e
105 Normas, Comissão de Mobilização, Divulgação e Comunicação, Coordenação
106 Colegiada, Comissão de Urbanismo e Habitação, Comissão de Orçamento e Finanças ,
107 Comissão de Saúde e Comissão de Assistência Social e Desenvolvimento
108 Econômico.Na abertura do ponto, destacou-se que o planejamento vinha sendo
109 discutido desde o ano anterior, porém enfrentou dificuldades como alterações de datas,
110 baixa participação em momentos estratégicos e ausência de um espaço exclusivo para
111 esse fim, o que impactou diretamente na organização das ações.Foi enfatizado que o
112 planejamento deve considerar essas limitações, mas também avançar no sentido de
113 garantir maior organização e efetividade das ações do Conselho.Durante a fala inicial, a
114 Comissão de Legislação e Normas ressaltou que sua atuação não é meramente
115 burocrática, mas essencial para garantir a legalidade das ações do Conselho. Destacou-
116 se que:A comissão atua como guardião da legalidade institucional;Sem base normativa
117 sólida, o Conselho perde força política e institucional;O Conselho é um espaço
118 democrático, mas também de responsabilidade pública;O exercício da função de
119 conselheiro, embora voluntário, implica compromisso ético e institucional.Também foi
120 pontuada a necessidade de fortalecimento das regras de funcionamento, especialmente
121 quanto à participação dos conselheiros nas reuniões e comissões, bem como a
122 importância da transparência, padronização de procedimentos e tratamento igualitário
123 entre os membros.Foi informado ainda que estão sendo elaborados instrumentos
124 normativos, incluindo modelos de documentos, formulários e minutas, além de proposta
125 de código de ética, visando organizar e qualificar os processos internos do Conselho.Em
126 seguida, iniciou-se a apresentação das comissões:A Comissão de Educação apresentou
127 suas propostas, destacando ações como realização de exposições temáticas voltadas à
128 pessoa idosa, participação em projetos educativos e desenvolvimento de atividades em
129 parceria com a Secretaria de Educação. Foi incluída também a proposta de uma
130 exposição itinerante ao longo do mês de outubro, com foco em conscientização e
131 educação, com previsão de custos e necessidade de planejamento antecipado.A
132 Comissão de Ética apresentou cinco ações principais:Realização de encontros
133 formativos sobre ética pública e direitos humanos;Elaboração de cartilha digital sobre
134 direitos e deveres dos conselheiros;Emissão de relatórios sobre frequência e
135 participação;Criação de modelo de notificação preventiva;Instituição de banco de
136 pareceres éticos.Foi reforçado que a execução dessas ações depende diretamente do
137 compromisso das comissões com os prazos estabelecidos.Comissão de Legislação e
138 Normas apresentou como principais ações:Revisão e atualização dos instrumentos
139 normativos (regimento e legislação);Acompanhamento de projetos de lei nos níveis
140 federal, estadual e municipal;Aprimoramento dos critérios de análise para registro de
141 entidades;Capacitação de conselheiros sobre competências legais;Assessoramento
142 jurídico no processo eleitoral do Conselho.A Coordenação Colegiada destacou ações
143 voltadas à articulação com outras secretarias e conselhos, buscando integração e
144 ampliação das políticas públicas para a pessoa idosa, além do fortalecimento da
145 visibilidade institucional do Conselho junto à população.A Comissão de Comunicação
146 enfatizou a necessidade urgente de estruturar a comunicação institucional,
147 destacando:Criação e fortalecimento dos canais de divulgação (site, redes
148 sociais);Campanhas de captação de recursos via imposto de renda;Divulgação das ações

149 e projetos do Conselho; Registro e construção de acervo histórico das atividades. Foi
150 ressaltado que a ausência de uma comunicação estruturada compromete a visibilidade e
151 a credibilidade do Conselho. A Comissão de Urbanismo e Habitação apresentou
152 propostas como: Busca por uma sede própria para o Conselho, a longo prazo; Articulação
153 com o Consórcio de Transporte para melhoria no atendimento à pessoa idosa,
154 especialmente no acesso ao transporte público. A Comissão de Orçamento e Finanças
155 destacou a importância do monitoramento e análise dos recursos do Fundo Municipal da
156 Pessoa Idosa, bem como a necessidade de maior transparência e acompanhamento dos
157 processos financeiros. A Comissão de Saúde apresentou ações relacionadas à
158 fiscalização de instituições, atualização de dados e desenvolvimento de atividades
159 educativas, além de trazer à plenária relatos concretos de situações de violência contra a
160 pessoa idosa, evidenciando a gravidade e urgência do tema. Na sequência, a Comissão
161 de Assistência Social e Desenvolvimento (CAD) apresentou suas ações
162 planejadas: Atualização do banco de dados das entidades públicas e privadas que
163 prestam serviços à pessoa idosa, ; Articulação com a Secretaria de Assistência Social e
164 Combate a Fome (SAS) e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), visando
165 à construção do perfil socioeconômico da população idosa, ; Fiscalização das entidades,
166 com o objetivo de garantir o cumprimento das normas de proteção à pessoa idosa. Foi
167 destacado que poderão ser convidados membros de outras comissões, conforme a
168 necessidade, bem como a importância de capacitação técnica dos conselheiros para
169 realização das fiscalizações. Também foram discutidas limitações logísticas, como
170 transporte e número de participantes nas visitas, sendo sugerida organização prévia e
171 critérios internos para participação. Inicialmente, foi destacada a importância do
172 aprendizado contínuo na condução das atividades e discussões, ressaltando-se a
173 necessidade de mobilização institucional. Enfatizou-se que todas as instituições —
174 incluindo universidades, grupos de convivência e demais espaços de atendimento —
175 devem atuar de forma integrada na conscientização da pessoa idosa. Destacou-se, ainda,
176 a importância de combater o etarismo, inclusive aquele praticado pela própria pessoa
177 idosa, quando se desvaloriza com falas como “estou velho, não sirvo mais para nada”.
178 Reforçou-se que essa conscientização deve ocorrer em todos os espaços sociais, formais
179 e informais, visando despertar a sociedade para a temática. Encerradas as apresentações,
180 reforçou-se que o planejamento será consolidado e encaminhado à gestão municipal,
181 cabendo também ao Conselho acompanhar, monitorar e cobrar a execução das ações
182 propostas ao longo do ano. Em seguida, a conselheira Kylvia Martins apresentou
183 esclarecimentos sobre três casos envolvendo pessoas idosas. Informou que dois casos já
184 se encontram na esfera criminal. Após o relato foi levantada a possibilidade de
185 encaminhamento para a rede de assistência social. Foi ressaltado que os casos
186 apresentados demonstram a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e da
187 atuação articulada entre os órgãos responsáveis, destacando-se a importância de ações
188 concretas de enfrentamento à violência. Na oportunidade, foi relatada reunião ocorrida
189 no dia 5 de março com o Ministério Público de Pernambuco, envolvendo a 30ª e a 46ª
190 Promotorias de Justiça. Segundo relato, houve postura considerada ríspida por parte dos
191 promotores, que chegaram a mencionar a possibilidade de ajuizamento de Ação Civil
192 Pública contra a Prefeitura do Recife, em razão da ausência de acolhimento adequado
193 para pessoas idosas do município. Foi informado que há uma fila de 56 pessoas
194 aguardando vaga em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), sendo
195 destacado que, no Recife, existem apenas duas instituições em funcionamento. José
196 Maria destacou que será realizada reunião no dia 25/03, com participação do Conselho
197 e das Secretarias envolvidas, ocasião em que também serão apresentados os três casos
198 mencionados. No que se refere aos trabalhos das comissões, foi esclarecido que o

Verônica de Oliveira Gomes

199 relatório de fiscalização não seria apresentado na reunião em curso, ficando para
200 momento oportuno, a fim de garantir melhor organização do tempo e participação dos
201 presentes. Foi informado, ainda, que membros do Conselho estiveram em diálogo com o
202 setor jurídico da Secretaria de Assistência Social, com o objetivo de apresentar os
203 resultados de visitas realizadas a instituições. Ficou encaminhada a proposta de,
204 inicialmente, apresentar esses resultados à Secretaria de Assistência Social, antes da
205 apresentação ao plenário do Conselho, como forma de promover o diálogo
206 institucional. Quanto à participação no 13º Congresso Norte Nordeste de Geriatria e
207 Gerontologia, a ser realizado nos dias 04 a 06 de junho de 2026 em Belém/PA, foi
208 informado que haverá custeio de passagens, diárias e inscrições por meio do Fundo da
209 Pessoa Idosa. Discutiu-se a necessidade de definição de critérios de participação,
210 considerando questões como assiduidade e comprometimento. Após debate, foi
211 sugerido que todos os interessados possam participar, com posterior definição de
212 critérios para futuras seleções, especialmente em casos de ausência injustificada. Nos
213 informes, destacaram-se: Realização de evento no Clube Internacional, com lançamento
214 de projetos voltados à pessoa idosa e do site do Conselho; Convite para campanha
215 “Multiplique Solidariedade”, promovida pela OAB em parceria com o Ministério
216 Público; João Paulo Leitão divulgou o curso de especialização em Gerontologia na
217 Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP e realizou a entrega de documento
218 sobre melhorias necessárias no Centro de Convivência da Pessoa Idosa Maria da
219 Conceição Guedes Pereira. Por fim, foi reforçada a importância da participação ativa dos
220 conselheiros/as, da organização das informações e do fortalecimento das ações em
221 parceria na defesa dos direitos da pessoa idosa. Não havendo mais nada a tratar, o
222 coordenador deu por encerrada a reunião às dezessete horas e vinte e quatro
223 minutos. Para que tudo fique devidamente documentado, eu, Cecília Paiva, na condição
224 de Secretária Executiva, tomei notas e redigi a presente ata, que, após lida na reunião
225 seguinte e achada conforme, será por mim assinada, bem como pelo coordenador da
226 presente reunião.

227 Verônica Oliveira – Coordenação Colegiada

228 Cecília Paiva – Secretária Executiva do COMDIR

